

**LEI Nº 2.806,  
de 21 de dezembro de 2004.**

**Desafeta parte da área constante da Matrícula nº 22.143, R - 4/22.143, do Registro de Imóveis desta Comarca e autoriza o Município doá-la à Mitra Angelopolitana.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.**

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - Fica desafetada parte do imóvel urbano, objeto da Matrícula nº 22.143, R-4/22.143, do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Ângelo, então destinada a uso especial de escola, para alterar a destinação de uma área superficial de 1.136,83 metros quadrados, para ser doado à Mitra Angelopolitana, que é o imóvel situado na Rua Salvador Fragoso César, lado ímpar, de forma irregular, como a seguir se descreve: Uma linha, que parte de um ponto situado no alinhamento da Rua Salvador Fragoso César e no terminal da Rua Joni Pedro dos Santos, que segue no sentido Norte/Sul, medindo 33,47 metros, confrontando ao Oeste, com a Rua Salvador Fragoso César; aí segue no sentido Oeste/Leste, medindo 41,71 metros, confrontando ao Sul, com área de preservação permanente; aí segue no sentido Sul/Norte, medindo 20,03 metros, confrontando ao Leste, com área do CAIC; aí segue no sentido Leste/Oeste, medindo 19,61 metros, confrontando ao Norte, com área do CAIC; aí segue no sentido Sul/Norte, confrontando ao Leste, com área do CAIC; aí segue no sentido Leste/Oeste, medindo 22,69 metros, confrontando ao Norte, com área do CAIC, chegando assim ao ponto de partida.

**Art. 2º** - Fica o Município por seu Departamento de Projetos autorizado a proceder as medidas administrativas cabíveis para regularização da demarcação da área.

**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo autorizado a doar a área descrita no art. 1º, desta Lei, à Mitra Angelopolitana.

**Art. 4º** - O imóvel doado destina-se a proporcionar espaço físico necessário para celebrações e reuniões da comunidade.


**Art. 5º** - O prazo para início da construção é de 02 (dois) anos, e em caso de não ser iniciada a obra nesse período, ou no caso de desvirtuamento da finalidade da doação, o imóvel reverterá ao patrimônio do Município.

**Art. 6º** - Ficam a cargo do donatário as despesas cartoriais de escritura pública e respectivo Registro.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**CENTRO ADMINISTRATIVO JOSÉ ALCEBIADES DE OLIVEIRA, GABINETE DO PREFEITO, em 21 de dezembro de 2004.**

  
**JOSÉ LIMA GONÇALVES,**  
Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL  
PRAÇA PINHEIRO MACHADO**

Fone: (55) 3312-0100 - Fax: (55) 3313-3636

E-mail: pmsaplanoj@via-rs.net

CEP 98801-630 - Santo Ângelo - RS